

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Stephani Witczak Domenighi^I

Bárbara Matté Puhl^{II}

Larissa Locatelli^{III}

José Renato Ferraz da Silveira^{IV}

Da busca pela paz à inserção internacional: o espaço de experiência e o horizonte de expectativa da Angola e do Brasil em meio à UNAVEM I, II e III

From the pursuit of peace to international insertion: the space of experience and the horizon of expectation of Angola and Brazil amid UNAVEM I, II, and III

RESUMO:

No fim do século XX a Angola passava por momentos conturbados de sua conjuntura interna, passando por três processos distintos de tentativa de restabelecimento de sua paz, as Missões de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola (UNAVEM), I, II e III. Dentro desse contexto, principalmente na terceira missão, a participação brasileira é interpretada enquanto um marco significativo, em questões de ajuda humanitária quanto militar, e pelas políticas do Brasil de alinhamento às nações amigas, de defesa da paz e segurança global. O objetivo principal é entender como se deu a participação brasileira na UNAVEM III, diante de um cenário de inserção internacional do Brasil no pós Guerra Fria, bem como quais as oportunidades posteriores essa missão possibilitou dentro do sistema das Nações Unidas. Como marco teórico, são adotados os estudos de Koselleck, por meio de duas categorias históricas definidas que são aplicadas pensando no espaço de experiência da nação brasileira, suas mudanças internas e participação nos processos angolanos, e o horizonte de expectativas projetado da inserção internacional do Brasil e construção de paz em Angola. Metodologicamente, com a abordagem indutiva, são exploradas fontes documentais, além da realização de uma revisão bibliográfica, propiciando o entendimento acerca da participação brasileira em nível diplomático e militar nas Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola, como condicionantes da inserção, enxergando, pela ótica de Koselleck, o potencial brasileiro em contribuir com as abordagens diversas de construção e de processos da paz a partir do final dos anos 1990.

Palavras-chave: Brasil-Angola; Espaço de experiência; Horizonte de expectativa; Inserção internacional; Missões de verificação de paz

ABSTRACT:

At the end of the 20th century, Angola was experiencing turbulent moments in its internal situation, undergoing three distinct processes of attempts to restore peace: the United Nations Angola Verification Missions (UNAVEM) I, II, and III. Within this context, especially during the third mission, Brazil's participation is interpreted as a significant milestone, both in terms of humanitarian and military assistance, as well as in Brazil's policies of alignment with friendly nations and its commitment to the defense of global peace and security. The main objective is to understand how Brazil participated in UNAVEM III, in light of a scenario of Brazil's international insertion in the post-Cold War period, as well as to identify the subsequent opportunities this mission enabled within the United Nations system. As a theoretical framework, the studies of Koselleck are adopted through two defined historical categories, applied to analyze the Brazilian nation's space of experience—its internal changes and participation in Angolan processes—and its horizon of expectations projected in terms of Brazil's international insertion and peacebuilding efforts in Angola. Methodologically, through an inductive approach, documentary sources are explored alongside a bibliographic review, enabling an understanding of Brazil's participation at both the diplomatic and military levels in the United Nations Angola Verification Missions. This is examined as a condition of Brazil's insertion, highlighting, through Koselleck's lens, the country's potential to contribute to diverse approaches of peacebuilding and peace processes from the late 1990s onward.

Keywords: Brazil-Angola; Space of experience; Horizon of expectation; International insertion; Peace verification missions

^I Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil. stephani.domenighi@gmail.com,  <https://orcid.org/0009-0000-8049-5901>

^{II} Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil. barbara.puhl@acad.ufsm.br,  <https://orcid.org/0009-0003-5331-2622>

^{III} Graduanda em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil. larissa.locatelli@acad.ufsm.br,  <https://orcid.org/0009-0004-1250-481X>

^{IV} Doutor em Ciências Sociais (Política) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor, Universidade Federal de Santa Maria , Santa Maria, RS, Brasil. jreferraz@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-7751-7583>

INTRODUÇÃO

Na última década do Século XX, o território angolano – situado na costa oeste da África submetido ao domínio português desde 1482 até meados da década de 70, data do início da guerra civil de seu processo de independência (Sampaio, 2015. p. 4) –, enfrentava severas dificuldades no estabelecimento da paz e da ordem interna. O conflito, que se estendeu por cerca de 17 anos, impactou diretamente as estruturas internas do país recém independente, que recebeu suporte internacional, principalmente através de missões com base no modelo onusiano de paz (Sampaio, 2015. p. 4). Assim, o Brasil, enquanto nação que nutriu relações históricas com o país africano, confirmava sua busca em contribuir para o fim dos conflitos internos pelos quais Angola passava.

Nesse contexto, a diplomacia e as forças militares brasileiras foram consideradas uma solução pacífica e democrática para o desenrolar da questão angolana durante o recorte temporal das três Missões de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) I, II e III¹. Dessa forma, busca-se analisar como o horizonte de expectativa brasileiro de garantia de autonomia e aumento de visibilidade das suas relações internacionais são refletidas em questões de ação humanitária junto à ONU – que alinham-se às expectativas angolanas de construção interna de paz –, fortalecendo o es-

paço multilateral e possibilitando um meio de inserção e projeção internacional do país (Aguilar, 2015. p. 125). Aqui, para entender o processo de inserção internacional, são utilizadas as contribuições de autores como Cervo (2001; 2003), Aguilar (2005) e Lopes e Vellozo Junior (2004), que corroboram na edificação da argumentação sobre a projeção internacional do Brasil.

Ainda, pensa-se em como as perspectivas das Operações de Paz surgem como um instrumento eficaz de política externa para o Brasil no âmbito dos ideais traçados para sua inserção internacional, tendo como base as ideias de Aguilar (2015), Fontoura (2005), Kenkel (2011), Andrade e Franco (2018), Hamman (2012; 2016), Nasser (2012), Silveira (2019) e de Albuquerque (2019). Outrossim, por meio de Rizzi (2008), Sampaio (2015), Vaz (2012) e Goes (2017), busca-se entender como a participação brasileira nos três mandatos da UNAVEM refletiu seus interesses políticos e econômicos.

No que se refere ao espaço de experiência angolano, utiliza-se as ideias de Da Silva (2018), Fortes (2018), Kemer (2017), Tiburcio (2007), Rodrigues e Migon (2019), Santos (1996), Silva (2022), Silva (2018), Silveira (2019) e Losekann (2024) para compreender as problemáticas do Processo de Paz da Angola e as críticas referente à imposição de uma paz liberal. As ideias de MacGinty e Richmond (2013) e Richmond (2006),

embora não sejam o foco deste trabalho e não sejam utilizadas como marco teórico, delineiam o olhar da construção do espaço de experiência no conflito de Angola.

Usa-se uma abordagem dedutiva partindo da observação dos espaços de experiências da mudança de conjuntura e do quadro interno brasileiro, e do cenário de guerra civil e de instabilidade angolano, para a confirmação das conclusões acerca dos anseios por parte do Brasil de projeção internacional, e da Angola pela construção da paz. Tal abordagem é estruturada por meio de uma leitura semiótica, e pesquisas documentais em protocolos, cartas endereçadas entre as nações – buscando encontrar as motivações internas dos dois países envolvidos no processo –, relatórios do Sistema de Informação do Arquivo Nacional no eixo da conjuntura dos assuntos internacionais e estratégicos do Brasil, e notícias de revistas e jornais selecionados com mais menções à temática na época estudada. Além disso, conta-se com o uso de bibliográficas secundárias, entre elas artigos e capítulos de livros de autores que anteriormente proporcionaram frutíferos debates dentro do eixo estudado.

Com análises das variadas fontes escolhidas, além do cruzamento destas para um entendimento mais aprofundado acerca da temática, estuda-se o processo de paz angolano e suas implicações para as políticas de inserção do Brasil em um

contexto de mudança interna do país. Teoricamente, usando das categorias históricas de Reinhart Koselleck, propõe-se relacionar o espaço de experiência brasileiro nas UNAVEM, com a idealização de um horizonte de expectativas para a participação internacional e as novas oportunidades frente às Nações Unidas, temática que será discutida e aprofundada adiante.

Outrossim, a argumentação, justificada e embasada nos estudos de Koselleck, busca examinar as motivações brasileiras em contribuir para as Operações de Paz, tanto por interesses internos e busca de prestígio, quanto pelo anseio por novas oportunidades no sistema ONU, pensando em posições de maior peso regional e internacional para o Brasil – sob a perspectiva e o entendimento de Bracey (2010) acerca do assunto –, como consequências do espaço de experiência do país. Sendo assim, o foco recai no estudo das relações entre as missões em Angola, principalmente a UNAVEM III, e o horizonte de expectativa de projeção internacional brasileiro, tendo como perguntas norteadoras: O horizonte de expectativa brasileiro em projetar-se internacionalmente alinhou-se com o horizonte de expectativa angolano em construir a paz? O espaço de experiência brasileiro nos 3 mandatos da UNAVEM se alinha ao espaço de experiência angolano, marcado pela violência?

O trabalho, por sua vez, é dividido em 5 seções, na qual a primeira busca explicar as cate-

gorias teorizadas por Reinhart Koselleck, combinando-as com o problema de pesquisa apresentado. Em sequência, contextualiza-se os marcos da inserção internacional brasileira e como ela sofreu mudanças no fim do século XX, chegando, enfim, na terceira seção, em que se exploram as participações brasileiras em Missões da ONU. Posteriormente, reflete-se sobre o espaço de experiência da Angola durante o conflito para, depois, entender o espaço de experiência brasileiro em sua participação, fazendo uso de diferentes autores para compor as distintas experiências e expectativas. Por fim, na última seção, tem-se uma discussão conclusiva sobre o encontro das categorias exploradas.

MARCO TEÓRICO

Colocando sob a luz de uma análise mais detalhada, pensa-se nas razões que motivaram a escolha do marco teórico histórico estabelecido como guia para o presente estudo. Indo além da descrição e de uma contextualização das categorias apresentadas por Reinhart Koselleck, é proposta aqui uma reflexão acerca da influência deste para as contribuições realizadas para a área das Operações de Paz em Angola alinhada à inserção internacional brasileira no fim do século XX. Os conceitos aqui elencados como guias, espaço de experiência e horizonte de expectativa, remontam os

ideais das teorias históricas ao indicarem as diferentes visões sobre um mesmo fato, visto que, como afirmado pelo autor, “Ao refletir sobre fatos, já os estamos relacionando com conceitos.” (Koselleck, 2006. p. 305).

Sabe-se que os estudos que levam como base a história dos conceitos passaram por uma crescente nos últimos anos no meio acadêmico e científico brasileiro, principalmente no que tange a relação complexa que os conceitos estabelecem com a realidade, além da utilização destes como um modelo teórico corroborando para as novas possibilidades de experiências dentro do tempo histórico nas últimas décadas (Jasmin e Feres, 2006. p. 15-17). Sendo assim, a tensão constante entre as duas categorias expostas por Koselleck, espaço de experiência e horizonte de expectativa, propicia a estruturação do tempo histórico, como uma interação direta entre passado, presente e futuro (Koselleck, 2006. p. 316).

Partindo do entendimento estrito do marco teórico conceitual apresentado por Koselleck, é iniciada a reflexão deste em paralelo à temática analisada no âmbito das Missões de Paz no território angolano e as motivações brasileiras defendidas na sua participação. Sabendo que o espaço de experiência se caracteriza pelo passado incorporado, nesse caso, à memória coletiva, deve-se levar em conta as bagagens das duas nações envolvidas no processo. Nesse sentido, o Brasil passava por

processos internos de mudança de conjuntura desde os anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, iniciado com uma mudança de paradigma das relações internacionais – fato este que será mais explorado em sequência –, colocando o desenvolvimento interno das nações como propulsor das decisões governamentais no âmbito de políticas externas (Cervo, 2001. p. 59).

Ainda, seguindo em um raciocínio de mudança de políticas, a partir dos anos finais da década de 80, princípios como a “defesa da paz”, a “igualdade entre os Estados” e a “autodeterminação dos povos”, além da “não intervenção”, passam a guiar as argumentações brasileiras, sendo utilizados como diretrizes para as ações do país (Kenkel, 2011. p. 17), além da mudança do quadro das Políticas de Defesa Nacional – que serão estruturadas adiante. Ou seja, o espaço de experiência brasileiro era caracterizado por uma sequência de modificações em suas políticas internas, e nas motivações de suas relações internacionais e de suas políticas externas.

Já no contexto angolano, seu cenário era de instabilidades desde o surgimento dos movimentos de libertação nacional nas décadas de 50 e 60 (Silva, 2018. p. 4), até a sua independência diante da metrópole portuguesa em 1975 por meio da luta armada contra o colonialismo de Portugal, seguindo da guerra civil que se instaurou no território e perdurou até os seguintes à independência

(Silva, 2018. p. 9), propiciando um espaço de experiência conturbado para Angola, que favoreceu a organização das três Missões de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola (UNAVEM). Em contrapartida, os horizontes de expectativa dos dois países se alinhavam em certa medida, visto que essa categoria foca no que se espera do futuro, correspondendo geralmente a um ideal incerto.

Sendo assim, os horizontes traçados pelo Brasil convergiam majoritariamente no caminho de uma aproximação maior e de fortalecimento de uma relação histórica com a nação angolana, – aproveitando os contornos que a política externa brasileira assumia, de proximidade com o continente africano (Santos, 2010. p. 166) –, e de sua inserção internacional. Nesse sentido, as Missões de Paz se enquadram como um meio para captar maior influência internacional, principalmente pela visibilidade e promoção de um ideal de responsabilidade global, favorecendo a projeção brasileira no sistema (Kenkel, 2011. p. 24), em consonância com as expectativas idealizadas.

Já Angola, se via em um cenário de busca pela construção interna de paz, principalmente pela continuidade das violências da guerra civil. Dessa forma, tem-se que os horizontes de expectativa angolanos eram voltados para o alcance da paz e, por outro lado, o dos brasileiros eram direcionados à busca por inserir-se internacionalmente por meio da produção de bens públicos globais,

neste caso, a paz. Entretanto, pode-se afirmar que os horizontes de expectativas convergiram? A paz objetivada pelo governo brasileiro, em busca de sua inserção internacional e fortalecimento de laços com a nação angolana, era a mesma paz que buscava Angola?

Nas próximas seções, explorar-se-á, utilizando as categorias analíticas de Koselleck, quais os encontros e desencontros dos espaços de experiências de ambos os países, identificando se as expectativas, idealizadas na teoria, foram alcançadas e convergidas na prática - sendo esta a principal contribuição do presente estudo. O que se sabe, por enquanto, é que a teoria de Koselleck permite avaliar de forma interdisciplinar a interação dos processos históricos das relações internacionais, permitindo que compreender que, mesmo idealizando um mesmo horizonte, os espaços de experiências, por serem distintos, podem ou não alcançar uma determinada expectativa.

INSERÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NO FIM DO SÉCULO XX

A inserção internacional brasileira, trabalhada, sobretudo, pelo historiador Amado Luiz Cervo, pode ser entendida a partir de uma análise paradigmática, categoria escolhida pelo autor e desenvolvida ao longo de suas obras sobre o processo histórico brasileiro e o processo histórico latino-

americano (Cervo, 2008; 2001). Os paradigmas das relações internacionais brasileiras, por sua vez, combinam os padrões do acumulado histórico da política externa (PEB) com os processos internos e externos do país, traduzindo-se em 4 fases: a) o paradigma liberal-conservador (1810-1930); b) o paradigma desenvolvimentista (1930-1989); c) o paradigma neoliberal (1989-2002); d) o paradigma logístico (2002-atualmente) (Cervo, 2001, p.17-19).

Desse modo, o autor reflete que os paradigmas da PEB estão diretamente relacionados à construção de seu modelo autêntico de inserção internacional. Embora o paradigma liberal-conservador esteja fora do escopo desta pesquisa, identificar os padrões que se repetem ao longo da história da PEB são importantes para compreender o processo de inserção brasileira. Tais padrões, como a defesa da autodeterminação e solução pacífica de controvérsias, estabelecem-se na diplomacia brasileira desde o desenvolvimento do pan-americanismo no século XIX, outros, como ação externa cooperativa e desenvolvimentismo, ingressam nos paradigmas seguintes (Cervo, 2008, p.29-31).

No entanto, a conduta de uma política externa que busca a inserção internacional de forma independente, embora tenha sofrido idas e vindas na PEB, é um valor cultivado desde o século XIX e, atualmente, obteve novas ressignificações e meios de alcançá-la (Cervo, 2008, p.31).

Nesse sentido, partindo das ideias do autor, é possível entender que em meados da década de 70, para se inserir internacionalmente, o Brasil adotava uma postura nacional-desenvolvimentista, amplamente fundamentada na substituição de importações e protecionismo econômico, buscando fazer frente às grandes potências em uma atuação que visava demonstrar independência e pragmatismo responsável (Cervo, 2008, p. 73). Outrossim, durante as décadas de 80 a 90, sucedeu um período de crises econômicas globais, e a política externa brasileira passou um por momento de enfraquecimento da sua capacidade de inserção, lidando com a diminuição da aptidão de negociações e retomando a uma fase de retratação internacional (Cervo, 2008, p. 78).

Ainda, remodelada por meio de mudanças estruturais que optaram por uma abordagem competitiva, a PEB no final do século XX é analisada como uma tentativa de inserção por meio da competição no cenário econômico internacional (Cervo, 2008, p. 79). Dentro do contexto de transição, durante os governos de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula, o Brasil que se utilizava da política externa de “participação pela adequação”, voltou-se a “participação pela influência”, isto é:

Com o papel do Estado prevalecia anteriormente, procurou-se enfraquecê-lo para dar

fluxo aos agentes da globalização, todavia a experiência revelou-se de alcance limitado, o desenvolvimento regressou aos poucos à linguagem diplomática. [...] Por outras vias e em novas condições de operacionalidade, o padrão de conduta restabeleceu-se e o desenvolvimento, visto com maior grau de interdependência e entrosamento com forças sistêmicas e menor vinculação com o Estado, recuperou sua antiga função de vetor da ação externa (Cervo, 2008, p. 31).

Dessa forma, é possível entender a atuação brasileira perante o cenário internacional no fim do século XX como “[...] engrenada no eixo do incremento comercial, da instrumentalização política de ganhos associados e da promoção do perfil político de liderança.” (Lopes e Junior, 2004, p. 320). Dentro do âmbito político, o Brasil passou a apostar na construção da sua imagem como líder internacional diante da visão do outro, ou seja, sua ambição era transformar-se em uma liderança dos países considerados do Sul Global.

Assim, num contexto em que a globalização tomava conta do sistema internacional no pós Guerra Fria e, ao mesmo tempo, em que surgia a prioridade do multilateralismo em detrimento das relações bilaterais (Cervo, 2008, p.105), a PEB brasileira, dentre outros esforços, buscou se envolver com as Operações de Paz (OPs)² em busca de visibilidade e respaldo internacional. Consoante às ideias de Amado Cervo, a obra de Aguilar (2005)

reúne um apanhado de espaços de experiências brasileiras nas Missões de Paz da ONU durante a virada do século, relacionando-as com a busca pela inserção internacional do país.

Portanto, durante o processo de transição de enfoque da política externa brasileira, é possível notar uma mudança estrutural interna do país que viabilizou a nova abordagem multilateral e a busca pela consolidação da inserção internacional por meio de um novo perfil (Hamann, 2016, p. 107). A nova face multilateral do pós Guerra Fria, para o Brasil, representou uma mudança na política de segurança do país, buscando uma maior articulação entre as Forças Armadas, o Congresso e o próprio Itamaraty, a fim de fortalecer as instituições nacionais e construir um posicionamento brasileiro consolidado (Brigadão, 2005, p.233).

Tendo isso mente, o Brasil – desde o governo Collor –, investiu fortemente nos âmbitos militares e financeiro, sendo destinados fundos ao Ministério da Defesa e às reservas de peacekeeping da ONU, para envolver-se ativamente nas Operações de Paz, correspondendo a cerca de 60% das missões promovidas no final do século XX (Hamann, 2016, p. 107).

O BRASIL E AS OPERAÇÕES DE PAZ: A PARTICIPAÇÃO DIPLOMÁTICA E MILITAR BRASILEIRA EM MISSÕES DE PAZ DA ONU (1948-1989)

A trajetória brasileira nas Operações de Paz antecede à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo participações ativas na mediação e no oferecimento de recursos humanos e materiais aos esforços da Liga das Nações para a paz (Nasser, 2012, p. 215). Foi com a Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB)⁴, em 1948, que o Brasil enviou os primeiros militares para uma Operação de Paz da ONU (Aguilar, 2015, p. 115), seguindo com a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I)⁵, em 1956 (Nasser, 2012, p. 215). Tal período foi definido como a 1ª Geração das OPs, início da disputa bipolar e a tentativa de manter a paz mundial (Rodrigues e Migon, 2017, p. 80).

O fim da década de 60 marcou o afastamento do Brasil em relação às Nações Unidas e, além de suspender as atividades em Operações de Paz, o país também cessou os pedidos de candidatura para o assento não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Andrade, Hamman e Soares, 2019, p. 20). O distanciamento acerca do multilateralismo pode ser explicado a partir da autonomia nacional e, ao mesmo tempo, das

críticas aos status quo das grandes potências internacionais, defendida pelo Regime Militar.⁶

Com o fim da Guerra Fria e da redemocratização brasileira, tem-se a 2ª Geração das OPs, caracterizadas por uma maior complexidade de atuações, incluindo ajuda humanitária, supervisão política e eleitoral e auxílio administrativo e econômico (Rodrigues e Migon, 2002, p.64).⁷ Por outro lado, Fontoura (2005, p. 217) parte de uma definição da participação brasileira nas Operações de Paz da ONU a partir de duas fases, aquela que antecede o afastamento, com engajamento em seis missões e, posteriormente, o retorno do Brasil à inserção internacional por meio do multilateralismo, não dividindo-a em quatro fases, como a visão geracional.

A segunda fase, remonta às mudanças sistêmicas das relações internacionais, marcada com o fim da Guerra Fria, em que o conceito de segurança se amplia ao incluir questões de Direitos Humanos, sobretudo nas Operações de Paz (Aguilar, 2015, p. 114). Para o Brasil, o reengajamento nas Operações de Paz da ONU coincidiu com a tentativa da política externa brasileira em projetar o país nas relações internacionais (Nasser, 2012, p. 214). Por conseguinte, a disponibilização de militares, policiais, médicos, observadores e técnicos judiciais se tornou uma tendência crescente da diplomacia brasileira nas Missões de Paz da ONU (Nasser, 2012, p. 216), transformando a participação simbólica – até os anos 70 –, para uma atua-

ção ativa, com destaque para missões em Moçambique, Haiti, Timor-Leste e Angola (Andrade e Franco, 2008, p. 572).

Assim, observa-se que o espaço de experiência das Operações de Paz nos anos 90, sobretudo o engajamento para com a Missão de Verificação de Paz em Angola (UNAVEM), abriu expectativas e oportunidades crescentes da atuação diplomática e militar do Brasil em missões futuras e no sistema ONU. A transformação na concepção de paz e segurança no âmbito da Nações Unidas possibilitou ao Brasil uma projeção internacional atrelada às Operações de Paz (Andrade, Hamman e Soares, 2019, p. 25), em que o anseio pela inserção, “tanto multilateral, no sentido de aumentar o perfil de participação brasileira na moldagem da paz e da segurança internacional, como bilateral, no sentido de incrementar a presença diplomática nos países em que as operações foram empregadas” (Nasser, 2012, p. 224) condicionou o perfil brasileiro nas operações.

O BRASIL E A ANGOLA: ESPAÇOS DE EXPERIÊNCIAS E HORIZONTES DE EXPECTATIVAS

O espaço de experiência do conflito angolano (1975-2002)

Analisar as relações internacionais sob o ponto de vista histórico requer, além de compreender as dinâmicas e o contexto estrutural do recorte histórico-temporal estudado, investigar o processo histórico de diferentes espaços de experiência. Desse modo, pela visão de Koselleck, entende-se que, embora se trate do mesmo espaço-tempo, o espaço de experiência e o horizonte de expectativa da UNAVEM (I, II e III) não são equivalentes para o Brasil e a Angola, pois estes carregam memórias históricas distintas.

O conflito angolano possui raízes ligadas à herança colonial e surgiu simultaneamente ao processo de independência da Angola. Com massacres e constantes manifestações de violência por parte dos colonizadores portugueses, três movimentos organizados surgiram: a) Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA); b) Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA); c) União Nacional para Independência Total de Angola (Visentini, 2007, p.131-135). O autor ainda destaca que esses grupos eram apoiados ideologicamente – e, em

alguns casos, financeiramente – por diferentes países, tendo apoio como dos Estados Unidos à FNLA, África do Sul e a União Soviética (URSS) ao MPLA e, futuramente, Cuba e a URSS à Unita (Visentini, 2009; Rodrigues e Migon, 2019, p.60). No entanto, Tibúrcio (2009, p.29) aponta que um grande erro da análise do conflito da Angola seria a diferenciação destes 3 movimentos apenas pelas suas distinções externas no sistema bipolar, ignorando as expressões internas, como a base étnica-religiosa.

Em 1975, os três grupos assinaram o Acordo de Alvor, que instituiu um governo transitório – até o dia oficial da independência –, com a participação de um representante de cada movimento. Entretanto, a governança provisória não atingiu o objetivo esperado e os três grupos acirram crescentes disputas pelo controle total do país e, após a derrubada da FNLA, os dois movimentos restantes travaram a luta pelo governo de Angola, influenciados pelo contexto bipolar da Guerra Fria (Rodrigues e Migon, 2019, p.62). Os autores destacam que o desenrolar do conflito foi marcado por inúmeras tentativas de implementar um acordo de cessar-fogo, somente alcançando a formalização com o Acordo Tripartido de 1988, o qual, por meio da Resolução nº 626 do CSNU, instituiu a UNAVEM I, uma missão de verificação para as questões internas do país (Tibúrcio, 2009, p.31).

Iniciava-se, então, um longo e difícil Processo de Paz (PP)⁸, com um balanço de cessões e

retomadas do conflito armado, visto que não havia um consenso entre o MPLA e a Unita, os quais disputavam o controle do país. Cabe ressaltar que o PP do conflito angolano é extremamente complexo e repleto de movimentações que estão fora do escopo deste trabalho, pois analisar um Processo de Paz exige o uso de inúmeros recursos interdisciplinares e uma atenção única, prioridade dada por autores como Rodrigues e Migon (2019), Tiburcio (2009), Fortes (2018), Losekann (2024), Pearce (2017), Meijer (2004), Krska (2007) e MacQueen (1998).

Pelas ideias dos autores citados anteriormente, parte-se do pressuposto de que, assim como outras Missões de Paz sob liderança das Nações Unidas, as tentativas de estabelecer a paz no conflito da Angola foram baseadas em premissas ocidentais da paz liberal, caracterizada por Zirion-Landaluze (2017, p.38) por desestabilizar as estruturas locais e impor modelos de instituições neoliberais, como a liberalização da economia. A assinatura de acordos sob os moldes de influências externas e a posterior retomada do litígio demonstra como não havia qualquer coordenação em consenso com as partes angolanas para delinear alternativas de uma paz sustentável e a partir das necessidades locais (Fortes, 2018, p.34-35).

A UNAVEM I iniciava-se, então, com o objetivo principal de retirar as tropas cubanas com o monitoramento de observadores militares, confor-

me o Acordo Tripartido de 1988, assinado entre Angola, Cuba e África do Sul, e supervisionado pela ONU. Ainda, o acordo previa a realização de eleições no país, no entanto, tal objetivo não foi alcançado e as condições foram cessadas em 25 de maio de 1991, acompanhado de rodadas de negociação entre os membros da Unita e do MPLA (Tiburcio, 2009, p. 34-36).

Fruto do fim das negociações, o Protocolo de Estoril estabeleceu os próximos passos do cessar-fogo do conflito e os procedimentos para as eleições do país, além de oficializar a UNAVEM II, missão de verificação do cumprimento do Protocolo (Tiburcio, 2009, p.37-38). A segunda missão, caracterizada como uma missão de *peacekeeping*⁹, tinha o objetivo de implementar os Acordos de Bicesse¹⁰ (Aguilar, 2015, p.114), mas foi marcada pela falta de preparação institucional e pela incapacidade de prevenir o ressurgimento da violência (Rodrigues e Migon, 2019, p.64-65). A falta de cooperação dos principais atores do conflito não permitiu que o resultado das eleições trouxesse a paz projetada pelos Estados Unidos, Portugal e União Soviética, além do precário processo eleitoral (Tiburcio, 2009, p.42; Losekann, 2024, p.75).

Nesse sentido, a continuidade do conflito e da violência trouxeram marcas no espaço de experiência angolano, em que a segurança pública era ineficaz e as ações externas de “pacificação” do conflito não condiziam com a realidade da po-

pulação local, não havendo criação de novos espaços de reintegração de ex-combatentes, tornando-se mais fácil fazer os voltar à guerra e mais difícil o alcance de uma paz sustentável na Angola (Tiburcio, 2009, p.51-53).

Em 1994, assinava-se o Protocolo de Lusaka¹¹, com a participação do governo angolano (na liderança do MPLA) e representantes da Unita, buscando retomar condições estabelecidas nos acordos anteriores e estender o mandato da Missão de Verificação, abrindo espaço para a UNAVEM III (Tiburcio, 2007, p.55). Diferentemente dos dois mandatos, a UNAVEM III exigiu uma maior participação dos observadores militares, sobretudo na mediação direta para com as partes, além de estabelecer orientações de cunho humanitário (Rodrigues e Migon, 2019, p.67), entretanto, ainda não pode ser classificada por uma missão de *peacebuilding*.¹² Por outro lado, Fortes (2018, p.34) e Tiburcio (2007, p. 59-61) relatam que a missão não foi capaz de desarmar os combatentes e criar condições para um espaço de experiência de paz, mas sim de continuidade da violência no país, sendo que “Apenas entre 30 de abril de 1996 e 3 de maio de 1996, o cessar-fogo foi violado 75 vezes, 35 das quais confirmadas pela UNAVEM III” (Tiburcio, 2007, p.60).

Em síntese, o espaço de experiência da Angola reúne memórias coletivas desde seu período colonial e, embora independente, o país não

conseguiu criar um Estado sólido que atendesse as necessidades dos atores locais, fato que perdurou mesmo com a realização de 3 missões - ampliadas para uma 4ª a partir de 1997. Além disso, Losekann (2024, p.81) revela que o apoio internacional pós conflito não se consolidou, tendo pouco apoio de órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), além do desengajamento da ONU para com a continuidade do conflito. A partir das ideias de Koselleck (2006), percebe-se que o acumulado de experiências da população angolana é marcado por uma continuidade da violência e uma constante desconfiança entre as partes antagônicas do conflito. Esse espaço de experiência, embora seja compartilhado por memórias dos observadores e militares presentes nas Missões de Verificação, sustentou na memória coletiva angolana uma visão de que a violência prevalece e que a paz parece irreal.

O espaço de experiência da participação brasileira na UNAVEM III (1995-1997)

Com a análise introdutória acerca da participação brasileira em Missões de Paz das Nações Unidas e, tendo refletido sobre o espaço de experiência da Angola em meio ao seu conflito, iniciam-se as discussões sobre o espaço de experiência do Brasil em sua participação nos 3 mandatos da

UNAVEM, mais especificamente na UNAVEM III, de 1995 à 1997.

Em entrevista realizada com Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro das Relações Exteriores brasileiro, é reafirmada a importância da afinidade cultural e histórica de Angola com o Brasil, principalmente pelo marco inicial de reconhecimento da independência do país africano em 1974¹³. Além disso, sabendo que a participação da nação latina em missões da ONU é motivada e orientada por interesses particulares, principalmente visando consolidar sua presença nos espaços multilaterais (Hamann, 2016. p. 50), as Operações de Paz surgem como um esforço brasileiro, e também internacional, em democratizar e pacificar Angola consolidando um apoio à nação parceira (Fortes, 2018. p. 33), sendo um meio de ‘adestramento’ de suas Forças, bem como uma possibilidade de projeção de poder.

A colaboração do Brasil na instituição de um Processo de Paz em Angola, surge com um significado especial tendo em vista um elo entre as nações, principalmente pela facilidade da língua falada, além de, após duas décadas, a chefia da missão estar em posse brasileira, no comando do General Péricles Ferreira Gomes (Santos, 1996. p. 285-287). Ainda, Silveira (2019, p.113) destaca duas frentes da atuação brasileira no PP angolano, em que, por um lado, havia o desejo de Itamar Franco em fortalecer a posição brasileira frente ao

multilateralismo e, simultaneamente, aproximar-se dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).¹⁴

Dentro das missões de 2ª Geração, a UNAVEM III foi a mais significativa em termos de recursos humanos, contando com 800 pessoas da infantaria, 200 engenheiros, 40 oficiais da saúde, além de mais de 20 observadores militares e policiais¹⁵. Sendo o maior contribuinte durante a missão, o engajamento brasileiro na UNAVEM III possibilitou ao Brasil que obtivesse a posição de quarto maior contribuidor para as Operações de Paz das Nações Unidas no início de 1996.¹⁶

Entretanto, a Revista Marítima Brasileira¹⁷ revela que tal desempenho se deve, sobretudo, aos bônus obtidos na UNAVEM I, destacando a chefia brasileira, e na UNAVEM II, em que, além do contingente brasileiro ser numericamente o maior entre os 24 países envolvidos, “o pequeno número de incidentes registrados após a decretação do cessar-fogo deveu-se, em parte, ao trabalho dos brasileiros e a sua habilidade em encontrar um consenso entre as partes” (Revista Marítima Brasileira, 1996, p. 287). Embora as duas primeiras missões tenham sido insuficientes e insustentáveis para garantir a paz em Angola, a atuação brasileira refletiu na projeção positiva do país em relação ao Conselho de Segurança (CSNU), o qual passou a consultar o Brasil para operações

futuras (Revista Marítima Brasileira, 1996, p. 288; Cervo, 2008, p.141).

Destarte, pode-se destacar que a política de aproximação às missões de paz de Fernando Henrique Cardoso (FHC) vai de encontro às suas políticas internas, principalmente com as alterações nos moldes da Política Nacional de Defesa (PND). Em linhas gerais, o Governo de Fernando Henrique Cardoso¹⁸, procurava projetar o Brasil no sistema e no processo decisório global, principalmente a partir de uma contribuição para manutenção da paz e segurança à nível internacional (PND, 1996. p. 7). Sendo assim, uma das diretrizes para cumprimento dos objetivos de inserção pode ser considerada a participação em Operações de Manutenção Paz em consonância com os interesses nacionais, seguindo parcerias com países amigos (PND, 1996, p. 9), assim como o realizado em Angola, na UNAVEM III. Ainda, destaca-se um estreitamento das relações entre o presidente brasileiro da época, Fernando Henrique Cardoso (FHC), e o presidente angolano, José Eduardo dos Santos (Fontoura, 2005. p. 248). Em cartas enviadas diretamente por FHC, o mesmo afirma que:

Estamos dispostos a continuar contribuindo para a paz em Angola, através da participação na UNAVEM-III. O meu Governo está empenhado em assegurar todos os meios para que nossa presença na UNAVEM, [...] traduza literal-

mente a prioridade que Angola representa para nossa diplomacia.¹⁹

Além disso, no âmbito interno, o país buscava, mormente, mais investimentos em questões de segurança e defesa, além de um foco maior nos setores humanitários, e melhores condições para a cooperação com outras nações (PND, 1996, p. 10). Esses desdobramentos gerados, tanto pelas Missões de Verificação das Nações Unidas em Angola na década final do século XX, quanto pelo alinhamento das políticas internas lançadas por FHC, corroboraram cada vez mais para a participação do Brasil no sistema das Nações Unidas, bem como impulsionaram os meios de participação no cenário internacional (Fontoura, 2005. p. 247).

Ainda, o engajamento brasileiro em Operações de Paz a partir da década de 90 possibilitou ao Brasil a participação no Comitê Especial sobre Operações de Manutenção de Paz da Assembleia Geral das Nações Unidas como membro observador e, após a Resolução 51/135 da Assembleia Geral²⁰ em 1996, membro pleno (Fontoura, 2005, p. 273). O bom desempenho das tropas do Exército e da Marinha durante a UNAVEM III condicionou, também, a entrada do Brasil no Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO), abrindo maiores oportunidades na obtenção de informações sobre as forças de paz e, ao mesmo tempo, acelerando os processos de reembolso das operações (Fontoura, 2005, p. 232).

Além das iniciativas militares e diplomáticas, Rizzi (2008, p. 302-303) destaca o crescimento das relações comerciais entre o Brasil e a Angola no recorte temporal da Missão de Verificação, atrelado, principalmente, às atividades da construtora Norberto Odebrecht, a qual possibilitou a maior obra civil do país – a usina hidrelétrica de Capanda²¹. Além dos ganhos para a economia brasileira, Fontoura (2005, p. 297) destaca que a construtora Norberto Odebrecht foi a única empresa do Brasil a conquistar uma licitação de prestação de apoio às missões das Nações Unidas, oferecendo um apoio logístico direto à UNAVEM III. O autor ressalta o potencial existente na participação das licitações promovidas pela ONU, abrindo espaço para “canais fluidos de comunicação e [...] acesso a informações privilegiadas” (Fontoura, 2005, p. 297). Dessa forma, o espaço de experiência criado com o pioneirismo da empresa Odebrecht gerou, de certo modo, uma expectativa brasileira na obtenção de uma maior exploração deste campo de oportunidades.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a inserção da Odebrecht no continente africano se deu por um caminho guiado pelos países de língua portuguesa, como o Brasil. No sentido de financiamento da entrada do conglomerado empresarial para a construção de Capanda, entra em voga a estruturação e concessão financeira realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) para as atividades na região, totalizando cerca de US\$ 4 bilhões do montante final de capital do Banco destinado à empresas brasileiras (Goes, 2017. p. 11). Também é importante frisar que, uma vez que a Odebrecht havia se inserido no território angolano, não foi um desafio manter negociações assíduas com os líderes locais, visando uma continuidade nas obras e nos serviços na região (Goes, 2017. p. 11). Ainda, evidencia-se a perpetuação, mais uma vez, de um modelo de exploração que, quando financiado e apoiado pelo BNDES, replica as rotas de colonização, como no caso de Angola, que chegou a concentrar cerca de 80% do financiamento recebido do BNDES em seu território para a Odebrecht (Goes, 2017. p. 7-12).

Além disso, destaca-se que a experiência brasileira de apoio explícito para o processo de paz angolano, por meio da atuação na UNAVEM III, para além das motivações já citadas anteriormente, aparece como um mecanismo de respaldo para uma posição estratégica dos investimentos em áreas domésticas da nação africana, como construção civil e o setor petrolífero (Silveira, 2019. p. 110). Por meio disso, com a ação de empresas brasileiras – como Petrobras²² e a Odebrecht –, que recebiam apoio e financiamento, como citado acima, buscava-se um apoio e um mecanismo político local que fosse consolidado, promovendo avanços no processo decisório interno africano, com anseio

os nitidamente políticos por parte do Brasil (Silveira, 2019. p. 111).

No que concerne à construção da paz em Angola, autores como Albuquerque (2019), Nasser (2012) e Hamman (2012) argumentam que as missões de 2ª Geração, além de terem sido fundamentais para a inserção internacional do Brasil, abriram precedentes para a inclusão de aspectos que perpassam os assuntos bélicos-militares. Assim, na visão dos autores, além de findar o conflito armado, busca-se construir uma paz sustentável com base na remediação das causas profundas do conflito e na promoção do desenvolvimento local (Nasser, 2012, p. 232). Contribuindo para essa lógica, Hamman (2012, p.308-320) aponta que, além dos soldados brasileiros terem desenvolvido atividades de supervisão das eleições, implementou-se, em 1998, cursos profissionalizantes para cidadãos angolanos, tendo continuidade até 2008 e possibilitando que 18.928 pessoas concluíssem a profissionalização. O pioneirismo pós UNAVEM III abriu espaço para outras ações de Cooperação Técnica Pós Conflito, como no Haiti e em Guiné-Bissau.

Contrariando os autores acima, Kemer (2017) faz uma análise crítica da participação brasileira na UNAVEM, sobretudo no terceiro mandato, destacado por ser um avanço às questões humanitárias locais. Na visão da autora, a política externa brasileira para Operações de Paz, no contexto da

atuação em Angola, não demonstrou uma preocupação real em construir a paz, mas sim voltada aos seus objetivos externos de consolidar uma posição multilateral e preocupada em produzir bens públicos globais (Kemer, 2017, p.424). A autora também relata que, em contraste com a UNAVEM III, em que o Brasil enviou 4.174 militares, a MONUA²³, sua predecessora, contou com apenas 35 militares brasileiros. Ainda, acerca dos avanços de cooperação técnica, Kenkel (2013, p.16) defende que o ideal promovido pelos projetos atendem, sobretudo, interesses geopolíticos do país que aplica, neste caso, ao Brasil, relaciona-se com sua ambição em obter um assento permanente do CSNU, seguindo a lógica de doadores globais - liderada pelos Estados Unidos.

Sob o ponto de vista dos Estudos Críticos para a Paz, trabalhados, principalmente, por Mac Ginty e Richmond (2013) - os quais não serão trabalhados com ênfase nesta pesquisa -, a construção da paz em meio ao conflito deve estar coordenada com a compreensão das dinâmicas e culturas locais, além de uma participação dos atores da comunidade local, construindo, neste caso, uma paz de baixo para cima, ao contrário das tradicionais Missões de Paz da ONU, as quais, majoritariamente, empregam a imposição de uma paz liberal. Desse modo, Kemer (2017, p.428) reflete que, embora muitos autores tratem a UNAVEM como um sucesso das Forças Armadas brasileiras,

não houve uma preocupação, por parte do Brasil, às dinâmicas locais.

Nesse sentido, conclui-se que o espaço de experiência brasileiro no conflito angolano esteve atrelado, sobretudo, aos seus interesses nacionais de inserção internacional por um viés multilateralista (Nasser, 2012, p. 225-232). Tem-se, por um lado, a ideia de que o acúmulo de experiências a partir da UNAVEM III trouxe desdobramentos positivos na projeção internacional brasileira (Aguilar, 2015, p. 125), garantindo, na visão de Andrade e Franco (2008, p.572) um novo perfil brasileiro de “amadurecimento político-normativo, financeiro e humano” acerca das Operações de Paz (Hamann, 2016, p.51) e, sob outra perspectiva, a ideia de que o “jeitinho brasileiro” defendido por Aguilar (2012) não possui como base uma abordagem que considere as raízes do conflito e uma construção de paz sustentável (Kemer, 2017, p.428). Por fim, nas palavras de Kenkel (2013, p.24), conclui-se que a abordagem brasileira aparece como uma mistura entre desafios significativos à lógica da paz liberal e remanescentes da dinâmica liberal que são burlados com base em êxitos domésticos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Brasil, desde a segunda metade do século XX, buscou uma participação mais expressiva nas Operações de Paz da Organização das Nações

Unidas, privilegiando sua atuação presente nesse campo (Hamann, 2016, p. 107). Assim, por meio da alteração da sua estratégia de inserção internacional no fim do século XX, o país passou a investir maiores esforços nas Missões de Paz em busca de influência e consolidação global. Tal fato se deu, inicialmente, pela modificação de setores domésticos – como o político e militar, com foco nas questões de segurança nacional –, para que fosse possível a consolidação deste novo perfil de participação por influência (Hamann, 2016, p. 107).

A nova política externa brasileira agora se opunha aos preceitos antes estabelecidos de uma Política Externa Independente²⁴, reconfigurando seus objetivos e focando em um ideal de segurança nacional, fortalecendo os instrumentos de sustentação interna e os meios de ação externa para promover seu desenvolvimento (Cervo, 2001. p. 290). Esta visava, portanto, a projeção do país como uma liderança diplomática focada nas ferramentas multilaterais, fato este que se reflete na Política Nacional de Defesa (1996) elaborada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que buscava inserir o Brasil internacionalmente por meio das Operações de Paz e intensificar os interesses nas relações com as chamadas “nações amigas”. Nesse sentido, é essencial o olhar sobre o espaço de experiência brasileiro apresentado, percebendo que as modificações de conjuntura e de ideais de suas políticas internas impactaram dire-

tamente suas ações e projeções externas, não apenas buscando um aumento de poder dentro do Sistema Internacional, mas também tentando efetivar um acirramento dos laços com os países em ascensão no continente africano (Kemer, 2017. p. 422) para benefício próprio.

À vista disso, durante o governo de FHC, observando o aumento nos investimentos do setor internacional, bem como o aumento de acordos firmados, faz-se a relação do espaço de experiência vivenciado, com o horizonte de expectativas projetado pelo governo brasileiro em expor-se ao cenário internacional por meio das ferramentas multilaterais de política externa (Fontoura, 2005. p. 249). Sendo assim, em paralelo, entende-se que o contexto angolano, com o seu espaço de experiência marcado fortemente por conflitos internos, foi palco para uma aparição brasileira notável que consolidou uma abordagem pragmática e estratégica, em paralelo à combinação de engajamento humanitário, fortalecimento das relações bilaterais e projeção de poder no sistema internacional, por mais que isso tenha representado uma quebra em relação às expectativas angolanas para os resultados da Operação.

Ademais, é possível notar que o contexto de participação brasileira nas Missões de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola, em especial a UNAVEM III, representou, como já afirmado, a consolidação de um marco à política ex-

terna e à atuação internacional brasileira, facilitando as compreensões acerca da consolidação do país como ator relevante no multilateralismo. Portanto, essa articulação serviu diretamente como um instrumento estratégico para seus horizontes traçados, na busca por protagonismo internacional, visando atingir certo prestígio em instituições como o CSNU e DPKO, simbolizando a fusão de interesses internos com o equilíbrio da paz entre as nações (Lopes e Junior, 2004, p. 340), assim como firmado pelas mudanças de foco das políticas nacionais.

Vale citar nesse recorte de análise, o principal resultado encontrado quando sobrepostas as categorias analíticas de Koselleck para os cenários domésticos e internacionais de Angola e do Brasil. Por mais que, como ilustrado anteriormente, cada nação tenha seu espaço de experiência próprio, com situações diversificadas – uma das nações passando por uma onda de instabilidades, ao passo que no cenário oposto se pautava um desenvolvimento com mudanças positivas nas políticas e conjunturas nacionais –, os seus objetivos traçados no horizonte futuro convergiam em alguma medida. Como já especificado nas seções anteriores, tal fato se dava tanto por uma busca angolana pelo estabelecimento interno da paz, principalmente por meio de apoio internacional, quanto pela busca brasileira de se projetar no sistema, usando co-

mo ferramentas ações de solidariedade e prestígio internacional, como as Missões de Paz.

Sendo assim, pode-se afirmar que, como as categorias conceituais e analíticas já exemplificam por si só, os horizontes de expectativa eram recíprocos em alguma instância. Entretanto, a discussão aqui apresentada, pauta-sena frustração angolana, uma vez que, as projeções e os ideais brasileiros são facilitados, e em parte atingidos pela sua presença na Terceira Missão de Verificação de Paz das Nações Unidas em Angola, confirmando a ânsia por inserção internacional da virada do século, na mesma medida em que há uma continuidade das instabilidades no território africano. Isso se exemplifica na necessidade de implementação de mais uma Missão de Observação das Nações Unidas em Angola (MONUA), além da criação de um Escritório das Nações Unidas (UNMA)²⁵ no mesmo país, nos seis anos subsequentes ao término das UNAVEM (Kemer, 2017. p. 419). Portanto, mesmo que Angola contasse com o apoio externo para a construção e implementação efetiva da paz em sua extensão territorial, esse horizonte visualizado foi desestruturado por uma ineficácia dos atores envolvidos, contribuindo para a não efetividade das OP's instituídas.

Ainda, pensando mais na inserção brasileira de fato, é possível compreender que a sua participação nas Operações de Paz, neste caso, o espaço de experiência que leva o país à UNAVEM III,

demonstra a fusão de um horizonte de expectativa político a um horizonte de expectativa moral, ou seja, o compromisso de construção de paz, e o anseio de projetar-se internacionalmente (Nasser, 2012, p. 224). Dessa maneira, o horizonte político brasileiro equivale a capacidade de atuação assertiva, reunindo diplomacia, lideranças militares, e o engajamento e os esforços em tentativas de reconstrução humanitária – que, como citado, se mostraram falhas –, além de um ideal estratégico almejado juntamente a um interesse brasileiro de longa duração, evidenciado pela atuação no território africano, em tornar-se uma grande potência.

Outrossim, o âmbito moral vincula-se ao compromisso brasileiro em fantasiar uma contribuição para a paz global, alinhada aos princípios tradicionais da própria política externa. Assim, vê-se a ocorrência, no contexto da UNAVEM III, e nos anos finais do Século XX, de uma tentativa de resolução pacífica e de apoio à construção da paz em países africanos – motivado por interesses de engajamento e não por assertivas de apoio contínuo –, por meio de um desenvolvimento intitulado sustentável e de cooperação mútua, além do estabelecimento de uma interdependência no cenário internacional (Albuquerque, 2019, p. 17; Kemer, 2017, p.242), obtendo, assim, ao contrário de Angola, êxitos maiores com as Missões de Paz da ONU. Por outro lado, percebe-se que as expectativas angolanas de alcançar a paz, prosseguidas a

partir de uma visão liberal da paz, sob os moldes onusianos e ocidentais, construiu um espaço de experiência violento e distante da paz local.

REFERÊNCIAS

A África dos Brasileiros: Soldados da força de paz da ONU enfrentam a malária, as minas e os franco-atiradores para tirar Angola da guerra e da miséria.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Unavem&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=179781)

[bib=030015_11&pesq=Unavem&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=179781](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Unavem&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=179781).

Acesso em: 4 dez. 2024.

A África e o Brasil. **Jornal do Brasil (RJ)**. Quinta-feira, 18 de março de 1993. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_11/105955.

Acesso em: 5 dez. 2024.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro.

Brasiliana, [s. l], v. 3, n. 2, p. 113-141, mar. 2015. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20231>. Acesso em: 5 dez. 2024.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

ANDRADE, Israel de Oliveira; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. Operações de paz na ONU como instrumento de política externa do Brasil. In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. *Política Externa Brasileira em Debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008*. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**, p. 567-591, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/330485747_Operacoes_de_paz_da_ONU_como_Instrumento_de_Politica_Externa_do_Brasil. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. **Contexto internacional**, v. 33, n.2, p. 315-331, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000200003>.

Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso: Biblioteca da Presidência, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique. **[Carta: Jantar oferecido ao Senhor Presidente da República de Angola]**. Destinatário: José Eduardo dos Santos. 15 de

agosto de 1995. Fundação FHC. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/artigo/1251.pdf>.

Acesso em: 4 dez. 2024.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e Novos Paradigmas**. Brasília, IBRI, 2001.

BRIGAGÃO, Clóvis. Inserção internacional do Brasil: política de segurança. In: AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Brasil em Missões de Paz**. São Paulo: Usina do Livro, 2005. p. 01-229.

DA SILVA, Antônio Carlos Matias. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, v. 4, n. 5, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/660>. Acesso em: 1 abr. 2025.

DE ALBUQUERQUE, Beatriz Martins. A América do Sul e as Operações de Paz: algumas considerações sobre a atuação durante e pós-guerra fria. **Revista Hoplos**, v. 3, n. 4, p. 13-26, 2019.

DORN, Walter; PAUK, Robert. **O Capacete Azul e a Folha de Bordo**: As contribuições do Canadá para as Operações de Paz da ONU. In: KENKEL, Kai Michael.; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (Orgs.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012.

FHC inicia visita a Angola. **Tribuna da Imprensa (RJ)**. Segunda-feira, 25 de novembro de 1996. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/154083_05/39315. Acesso em: 4 dez. 2024.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarris da. **O BRASIL E AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. Disponível em: http://www.funag.gov.br/loja/download/23-Brazil_e_as_Operacoes_de_Manutencao_da_Paz_das_Nacoes_Unidas_O.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

FORTES, Ana. Rachel. As operações de paz da ONU como um mecanismo de neoliberalismo disciplinar: O caso de Angola (1989-2002). **Conjuntura Internacional**, v. 15, n. 3, p. 29-37, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2018v15n3p28>. Acesso em: 5 dez. 2024.

GALTUNG, Johan. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding. **Impact Of Science On Society**, [S.l.], v. 9, n. 25, p. 282-304, 1976.

GOES, Fernanda Lira. ST 3 Geopolítica brasileira do financiamento do BNDES para Odebrecht em Angola. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1871>. Acesso em: 2 abr. 2025.

HAMANN, Eduarda Passarelli. A força de uma trajetória: O Brasil e as operações da ONU (1947-2015). Kansas: **Military Review**, p. 47-62, 2016. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Directors-Select/Hamann-A-Forca-de-uma-Trajectoria-POR-DSA-Feb-2019-3.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2024.

HAMANN, Eduarda. O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?. **Cadernos adenauer**, v. 17, n. 4, p. 95-110, 2016. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51729765/Hamann_-_Brasil_e_OMP_-_consolidacao_de_novo_perfil-libre.pdf?1486724625=&response-content-disposition=inline%3B+filename%](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51729765/Hamann_-_Brasil_e_OMP_-_consolidacao_de_novo_perfil-libre.pdf?1486724625=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3D3DO_Brasil_e_as_operacoes_de_manutencao_da.pdf&Expires=1733707647&Signature=CGk6ffHtAj4Bz-ruyQNNY-~OWMGVCIhh2W7tznVYA9IXnGx5fzwLMKqWYNo19e4mOWmJTaYn-00dLyY9mO-JzFBWr8pyM9Jk~2fnD8t9Ky2mHpNck1IDsm2--9vqqNY~POvMINK01C-WH~5hyVFqwNjdACzy7GZTsHbl003TL6I5d7a-kJBhY7spvgYU2CnCRUwhem5HDC5d7B8hpm1jD56bw-PCPp5UDvgRSYHzlgNzfle152riprhFXrk7H0eXjrg5XL OJMbkALq6g9c04MzMkKUxtyMgnvEUZhLXo-V~57M25J1AfYHsolfpkqGXXknEddIA4yH68N7uePvdvA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)

[3DO_Brasil_e_as_operacoes_de_manutencao_da.pdf&Expires=1733707647&Signature=CGk6ffHtAj4Bz-ruyQNNY-~OWMGVCIhh2W7tznVYA9IXnGx5fzwLMKqWYNo19e4mOWmJTaYn-00dLyY9mO-JzFBWr8pyM9Jk~2fnD8t9Ky2mHpNck1IDsm2--9vqqNY~POvMINK01C-WH~5hyVFqwNjdACzy7GZTsHbl003TL6I5d7a-kJBhY7spvgYU2CnCRUwhem5HDC5d7B8hpm1jD56bw-PCPp5UDvgRSYHzlgNzfle152riprhFXrk7H0eXjrg5XL OJMbkALq6g9c04MzMkKUxtyMgnvEUZhLXo-V~57M25J1AfYHsolfpkqGXXknEddIA4yH68N7uePvdvA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51729765/Hamann_-_Brasil_e_OMP_-_consolidacao_de_novo_perfil-libre.pdf?1486724625=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3D3DO_Brasil_e_as_operacoes_de_manutencao_da.pdf&Expires=1733707647&Signature=CGk6ffHtAj4Bz-ruyQNNY-~OWMGVCIhh2W7tznVYA9IXnGx5fzwLMKqWYNo19e4mOWmJTaYn-00dLyY9mO-JzFBWr8pyM9Jk~2fnD8t9Ky2mHpNck1IDsm2--9vqqNY~POvMINK01C-WH~5hyVFqwNjdACzy7GZTsHbl003TL6I5d7a-kJBhY7spvgYU2CnCRUwhem5HDC5d7B8hpm1jD56bw-PCPp5UDvgRSYHzlgNzfle152riprhFXrk7H0eXjrg5XL OJMbkALq6g9c04MzMkKUxtyMgnvEUZhLXo-V~57M25J1AfYHsolfpkqGXXknEddIA4yH68N7uePvdvA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 7 dez. 2024.

HAMANN, Eduarda Passarelli. O Envolvimento de Civis em Contextos Pós-Conflito: Oportunidade para a Inserção Internacional do Brasil. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (Orgs.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012.

INSTITUTO BOINA AZUL. **Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM**. Disponível em: <https://institutoboinaazul.com.br/copia-copia-copia-home-2-1-1>. Acesso em: 15 out. 2024.

JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Edições Loyola, 2006.

KEMER, Thaíse. A atuação do Brasil para promoção da paz em Angola: um debate sobre o “Brazilian way”(1989-2010). **Conjuntura Global**, v. 6, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/download/55324/34543>. Acesso em: 2 abr. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-RIO, 2006, p. 21-39 e 305-327.

LOPES, Dawisson Belém; VELLOZO JUNIOR, Joelson. Balanço sobre a inserção internacional do Brasil. **Contexto Internacional**, v. 26, n. 2, p. 317-353, 2004.

LOSEKANN, Raquel Zaffari. **Da Manutenção à Construção da Paz: A Atuação das Nações Unidas em Angola e no Timor-Leste**. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwEr0fxS.1nVgIAajz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1744814322/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.lume.ufrgs.br%2fhandle%2f10183%2f276849/RK=2/RS=2ucJMFAvtKEHdCRI6KqACqMqR8Y-

[2fwww.lume.ufrgs.br%2fhandle%2f10183%2f276849/RK=2/](https://www.lume.ufrgs.br%2fhandle%2f10183%2f276849/RK=2/)

[RS=2ucJMFAvtKEHdCRI6KqACqMqR8Y-](https://www.lume.ufrgs.br%2fhandle%2f10183%2f276849/RK=2/RS=2ucJMFAvtKEHdCRI6KqACqMqR8Y-). Acesso em: 2 abr. 2025.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver P. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace. **Third World Quarterly**, [S.L.], v. 34, n. 5, p. 763-783, jun. 2013. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2013.800750>

NASSER, Filipe. Pax brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas In: KENKEL, Kai Michael.; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (Orgs.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo de Lusaka**. African European Institute, 20 de novembro de 1994. Disponível em: <https://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15685/5/Anexo%20n.%C2%BA%203%20Protocolo%20de%20Lusaka.PDF>. Acesso em: 4 dez. 2024.

Portugal apóia o Brasil para o Conselho de Segurança da ONU. **Tribuna da Imprensa (RJ)**, de 17 de julho de 1996. Disponível em: <http://>

memoria.bn.gov.br/docreader/154083_05/37917?pesq=unavem. Acesso em: 28 set. 2024.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Governo Fernando Henrique Cardoso**. Política de Defesa Nacional. Brasília, 1996.

RIZZI, Kamila. Raquel. Relações Brasil-Angola no pós-guerra fria (1990/ 2002). **Anos 90**, [S. l.], v. 15, n. 27, p. 287–324, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6747>. Acesso em: 20 nov. 2024.

RICHMOND, Oliver P.. The problem of peace: understanding the liberal peace. *Conflict, Security & Development*, [S.L.], v. 6, n. 3, p. 291-314, out. 2006. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14678800600933480>

RODRIGUES, Anselmo de Oliveira; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. DO ACORDO TRIPARTIDO (1988) AO ACORDO DE PAZ EM 2002: O PROCESSO DE PAZ CONDUZIDO EM ANGOLA. **Revista Brasileira De Estudos Africanos**, v. 4, n. 7, p. 51-83, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2448-3923.88592>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SANTOS, José Carlos dos. A Guerra de Angola - UNAVEM. **Revista Marítima Brasileira (RJ)**, 1996. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/>

DocReader/008567/117891. Acesso em: 4 dez. 2024.

SANTOS, José Francisco dos. Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA): "um amplo movimento" - relação Brasil e Angola de 1960 a 1975. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13224>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVA, José Manuel Mussunda da; QUINTAS, Orlando Pedro. Origem em atos de força e violência do estado: os reflexos da violência colonial e pós-colonial nos processos políticos na angola contemporânea. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 61–71, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/118251>. Acesso em: 4 dez. 2024.

SILVA, Antônio Carlos Matias da. ANGOLA: HISTÓRIA, LUTA DE LIBERTAÇÃO, INDEPENDÊNCIA, GUERRA CIVIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS. NEARI EM REVISTA, [S. l.], v. 4, n. 5, 2018. Disponível em: <https://revistas.faculdededamas.edu.br/index.php/neari/article/view/660>. Acesso em: 31 mar. 2025.

SILVEIRA, Kaiutan Venerando Ruiz da. As operações de paz como instrumento de política externa:

motivações da participação brasileira na ONUMOZ e UNAVEM III. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-18082020-171629/>. Acesso em: 2 abr. 2025

UNAVEM III. Batalhão Suez: **Site Brasileiro dos Veteranos das Forças de Paz da ONU**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.batalhaosuez.com.br/antigo/ForcasDePazAngolaUnavemIII.htm>. Acesso em: 3 dez. 2024.

UNITED NATIONS. **United Nations peacekeeping operations: principles and guidelines**. New York: Department of Peacekeeping Operations, 2008. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf. Acesso em: 3 abr. 2025.

VAZ, Carlos Alberto Moutinho. **As relações econômicas e militares entre o Brasil e os países-sede das missões de paz da ONU com participação brasileira: O caso de Angola**. 2012. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.eceme.eb.mil.br/images/IMM/producao_cientifica/teses/carlos-alberto-moutino-vaz.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2012.

Vizinhos são maiores parceiros. Entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lam-preia. **Jornal do Brasil (RJ)**. Domingo, 23 de agosto de 1998. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Unavem&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=254680. Acesso em: 4 dez. 2024.

ZIRION-LANDALUZE, Iker. Critiques to the «liberal peace» construction in Sub-Saharan African post conflicts settings. **Revista Iberoamericana de Estudios de Desarrollo = Iberoamerican Journal Of Development Studies**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 28-47, 5 nov. 2017. Universidad de Zaragoza. http://dx.doi.org/10.26754/ojs_ried/ijds.242

NOTAS

¹A África e o Brasil. Jornal do Brasil (RJ). Quinta-feira, 18 de março de 1993. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/030015_11/105955. Acesso em 05 dez. 2024.

²Está fora do escopo do presente trabalho retomar discussões teórico-conceituais sobre a definição das Operações de Paz, sendo utilizado, assim, a caracterização da ONU, que reconhece como Operações de Paz: "operações de campo desdobradas para prevenir, gerenciar e/ou resolver conflitos violentos ou reduzir o risco de sua recorrência." United Nations peacekeeping operations: principles and guidelines. Nova Iorque: Department of Peacekeeping Operations, p. 98, 2008, (Tradução Nossa). No original: "Field operations deployed to prevent, manage, and/or resolve violent conflicts or reduce the risk of their recurrence."

³Gráfico 1. Cotas do Brasil ao fundo de operações de manutenção da paz da O (porcentagens, entre 2001 e 2018). In: HAMANN, Eduarda. O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?. Cadernos Adenauer, v.17, n. 4, p. 103, 2016. Disponível em: <https://shre.ink/gk05>. Acesso em 07 dez. 2024.

⁴Comissão criada em 21 de outubro de 1947 pela Resolução 109 (II) da AGNU para tratar sobre as pessoas refugiadas e observar o andamento das fronteiras da Albânia, Grécia, Bulgária e Iugoslávia. FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarris da. O BRASIL E AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 213, 2005.

⁵Primeira Força de Emergência da ONU, criada para monitorar a resolução da Crise de Suez (1956) e buscando evitar uma guerra em grande escala. DORN, Walter; PAUK, Robert. O Capacete Azul e a Folha de Bordo: As contribuições do Canadá para as Operações de Paz da ONU. In: KENKEL, Kai Michael.; MORAES, Rodrigo Fracalossi. (Orgs.). O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação. Brasília: Ipea, p. 119, 2012.

⁶A Política Externa do Brasil no período do Regime Militar é multifacetada e heterogênea, passando por mudanças significativas ao longo dos diferentes governos. Entretanto, perdurou-se, na maior parte do tempo, uma ideia de reestruturação das relações com as grandes potências, juntamente com o auto-reconhecimento do país como uma potência média, buscando criar vínculos de cooperação Sul-Sul. Isso ocorreu, simultaneamente, ao

processo interno de “pax conservadora”, segundo o entendimento de Visentini (2022, p.61-62).

⁷Cabe citar que as OPs de 3ª e 4ª Geração não serão trabalhadas nesta pesquisa por não se tratar do recorte temporal-histórico.

⁸Um Processo de Paz possui significados e entendimentos múltiplos, mas de forma geral trata-se da estruturação de negociações a partir de uma agenda definida por todos os atores envolvidos, estipulando os procedimentos futuros dentro de um calendário e buscando, sobretudo, construir uma paz sustentável no contexto pós-conflito. (Fisas, 2015, p.1)

⁹De acordo com a ONU (2008) trata-se de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, implementadas com base jurídica nas Resoluções do Conselho de Segurança da ONU e baseada nos princípios da Carta das Nações Unidas. Uma OP de *peacekeeping* requer consentimento das partes e visa, principalmente, assistir e monitorar o cumprimento de um acordo pós-conflito. Academicamente, o conceito é explorado por Galtung (1976).

¹⁰Os acordos de Bicesse foram firmados em 1991 sendo uma negociação entre o MPLA e a UNITA, prevendo o fim da guerra civil e a possibilidade de realização do primeiro processo eleitoral na nação

angolana no ano de 1992. São acordos de cessar-fogo, libertação dos prisioneiros de guerra e proibição de ajuda militar externa. (Silva e Quintas, 2022. p. 63)

¹¹Tratado de Paz angolano que tinha como base causar o enfraquecimento das Forças Armadas de Libertação, advindas da UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola, que proclamavam a Guerra Civil na nação africana. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Protocolo de Lusaka. African European Institute, 20 de novembro de 1994. Disponível em: <https://rdpc.uevora.pt/bitstream/10174/15685/5/Anexo%20n.%C2%BA%203%20Protocolo%20de%20Lusaka.PDF>. Acesso em 04 dez. 2024.

¹²Conceito utilizado, pioneiramente, por Galtung (1976), o qual destaca a necessidade de combater, além da violência direta, a violência estrutural para, então, construir a paz. Embora não haja um documento para a oficialização do conceito, este termo passou a ser uma base para as Operações de Construção da Paz da ONU, objetivando perpassar o caráter bélico-militar existente nos conflitos.

¹³Vizinhos são maiores parceiros. Entrevista com o Ministro das Relações Exteriores Luiz Felipe Lampreia. Jornal do Brasil (RJ). Domingo, 23 de agosto de 1998. Disponível em: <https://>

memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Unavem&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=254680.

Acesso em 04 dez. 2024.

¹⁴Portugal apoia o Brasil para o Conselho de Segurança da ONU. Tribuna da Imprensa (RJ), 17 de julho de 1996. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/154083_05/37917?pesq=unavem. Acesso em 28 set. 2024.

¹⁵INSTITUTO BOINA AZUL. Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM. Disponível em: <https://institutoboinaazul.com.br/copia-copia-copia-home-2-1-1>. Acesso em 15 out. 2024.

¹⁶UNAVEM III. Batalhão Suez: Site Brasileiro dos Veteranos das Forças de Paz da ONU. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.batalhaosuez.com.br/antigo/ForcasDePazAngolaUnavemIII.htm>. Acesso em 03 dez. 2024

¹⁷SANTOS, José Carlos dos. A Guerra de Angola - UNAVEM. Revista Marítima Brasileira (RJ), 1996. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/008567/117891>. Acesso em 04 dez. 2024.

¹⁸BRASIL. Política de Defesa Nacional. Brasília: Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso: Biblioteca da Presidência, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em 04 dez. 2024.

¹⁹CARDOSO, Fernando Henrique. [Carta: Jantar oferecido ao Senhor Presidente da República de Angola]. Destinatário: José Eduardo dos Santos. 15 de agosto de 1995. Fundação FHC. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/files/artigo/1251.pdf>. Acesso em 04 dez. 2024.

²⁰Resolução 135 da 51ª Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual condena as medidas israelenses no território palestino ocupado e cita preocupações para com a proteção civil e os direitos humanos na manutenção da paz.

²¹A África dos Brasileiros: Soldados da força de paz da ONU enfrentam a malária, as minas e os franco-atiradores para tirar Angola da guerra e da miséria. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 28 de abril de 1996. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pesq=Unavem&pasta=ano%20199&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=179781. Acesso em 04 dez. 2024

²²Essa ação era consolidada por meio da Braspetro, uma subsidiária internacional da Petrobras, que explorava o petróleo no litoral do território de Angola (Silveira, 2019. p.107)

²³Missão de Observação das Nações Unidas em Angola, com mandato de 1997-1999.

²⁴A Política Externa Independente, adotada em 1961 durante o governo de Jânio Quadros, havia buscado uma inserção mais autônoma e pragmática, e a adoção de uma postura mais subordinada aos interesses estratégicos dos Estados Unidos, incubindo à política exterior da promoção do desenvolvimento, alcançado numa visão de mundo repartido ideologicamente. (Cervo, 2001, p.134).

²⁵Cabe citar que não serão desenvolvidas explicações maiores acerca da MONUA e UNMA, sendo que são exemplos utilizados apenas para comprovação de hipótese do prosseguimento de instabilidades.